

A CONTRIBUIÇÃO DE THOMAS SCHELLING PARA OS ESTUDOS DE DISSUAÇÃO NUCLEAR

THOMAS SCHELLING'S CONTRIBUTION TO STUDIES IN NUCLEAR DETERRENCE

Fernando Scholz¹

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é apresentar a contribuição de Thomas Schelling para os estudos sobre dissuasão nuclear. O artigo também traz algumas considerações sobre o que o autor entende por conflito, bem como algumas críticas feitas pela geração que o sucedeu. Tendo em vista que na academia muitos aspectos são cíclicos, defende-se, à luz dos desafios que sua obra enfrenta na dita era nuclear multipolar asiática, a revalorização da obra de Schelling.

PALAVRAS-CHAVE:

Thomas Schelling; Dissuasão Nuclear; Estudos Estratégicos; Relações Internacionais.

ABSTRACT:

The aim of this paper is to present Thomas Schelling's contribution to studies in nuclear deterrence. The paper also deals with considerations about what the author understands by conflict and with some of the criticisms that were made by the generation that succeeded him. Considering that many elements in the academy are cyclical, and in the light of the challenges that his work faces in the so-called Asiatic nuclear multipolar era, it is argued that Schelling's work deserves to be recovered and appreciated for its value.

KEYWORDS:

Thomas Schelling; Nuclear Deterrence; Strategic Studies; International Relations.

Introdução

É indiscutível o papel central que o armamento nuclear e todas as políticas e/ou conceitos dele derivados tiveram ao longo do conflito bipolar entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Outro fato é que o mundo pós-Guerra Fria tem apresentado desafios completamente novos e distintos no quesito nuclear. Numa sistematização puramente teórica, por exemplo, Colin Gray (1999) aponta que, se a primeira era nuclear ficou marcada pelo antagonismo

¹ É mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS e graduado em Relações Internacionais pela ESPM Sul. E-mail: fscholz@gmail.com.

EUA-URSS, a segunda era nuclear pode ser considerada uma era mais difusa, uma espécie de multipolaridade nuclear [asiática] que só se encerrará com a volta de um único eixo político dominante nessa questão da hostilidade nuclear armada. Mais do que isso, a continuada proliferação horizontal (nuclear e de mísseis) tem aumentado a possibilidade de que “eventos” nucleares ocorram, de forma proposital ou não (GRAY, 1999, p. 49-50; 144).

Nascido em Oakland, Califórnia, em 14 de abril 1921, Thomas Crombie Schelling graduou-se em economia na Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1943 (AYSON, 2004, p. 13). Esta formação acadêmica lhe permitiu analisar problemas ligados, por exemplo, à dissuasão nuclear, estratégia nuclear, controle de armamentos, gerenciamento de crises, guerra limitada e coerção, de uma forma metódico-teórica. Em sua teorização, Schelling partiu do pressuposto de que os protagonistas de um conflito se comportariam de uma forma extremamente racional (AYSON, 2004; BAYLIS; GARNETT, 1991; WILLIAMS, 1991).

Ao organizar a sua pesquisa ou pensamento em torno da teoria dos jogos, uma abordagem, de certa forma, inovadora e criativa para o campo das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, Thomas Schelling pôde chegar, conforme se verá adiante, a uma série de conclusões importantes e impactantes. Certamente o autor não ficou imune a críticas, principalmente no que diz respeito à demasiada racionalização das relações interestatais ou, ainda, do processo de tomada de decisão. Ainda assim, defende-se, aqui, a revalorização de seu trabalho.

No presente artigo, não se pretende reproduzir os modelos lógico-racionais de teoria dos jogos utilizados por Thomas Schelling (2011). O intuito é meramente apresentar suas principais conclusões. O que se pode adiantar é que o autor se ampara em “jogos de soma variável” (jogos em que se podem alcançar resultados mutuamente vantajosos) e que envolvem algum tipo de acomodação – tácito ou explícito – em que evitar o desastre mútuo pode ser considerado vitória (SCHELLING, 2011, p. 83). Dissuasão, chantagem nuclear, balança do terror, entre outros elementos, podem ser, segundo Schelling (2011, p. 119), perfeitamente enquadrados na teoria dos jogos. Em suma, os “jogos de estratégia” utilizados por Schelling (2011) estão envoltos em pensamentos do tipo: “o que o outro pensa que eu penso” [...sobre o que ele pensa que eu penso... e assim por diante].

Em suma, o presente artigo possui uma dupla finalidade: demonstrar qual foi a contribuição de Thomas Schelling para os estudos sobre dissuasão nuclear e também quais os desafios que sua obra enfrenta na já mencionada era multipolar asiática. Dessa forma, o artigo foi organizado em três seções. A primeira aborda a definição de Thomas Schelling sobre conflitos. A segunda seção trata de algumas considerações do autor sobre dissuasão nuclear. Por fim, a última seção examina alguns contrapontos ao pensamento de Thomas Schelling.

A definição de Schelling sobre conflitos

Primeiramente, é necessário entender o que o autor entende por conflito, guerra, e crise. Para Schelling (2011, p. 5), o estudo da “estratégia do conflito” está baseado no entendimento de que a maioria das situações de conflito são essencialmente situações de barganha. A guerra deve ser entendida como um processo (confuso, incerto e altamente imprevisível) de barganha ou de negociação, não devendo ser visto apenas como uma “disputa/competição de força, mas uma contenda de resistência, nervos, coragem, obstinação e dor” (SCHELLING, 2008, p. 1-7; 93). Com a dita “tecnologia moderna” (leia-se, com o advento da era nuclear), a guerra e as ameaças de guerra tornaram-se: i) métodos de influência (ao invés de destruição); ii) métodos de coerção e dissuasão (ao invés de conquista e defesa), além de serem iii) métodos de barganha e de intimidação (SCHELLING, 2008, p.33).

Dito isso, é importante ter em mente que a guerra resulta de um “processo dinâmico escalatório em que ambos os lados vão intensificando a sua participação e aumentam sua expectativa e a preocupação de não serem o segundo a agir” (SCHELLING, 2008, p. 98, tradução nossa). O grande perigo disso é supor, durante o processo escalatório do conflito, que “guerra total” tenha se tornado realidade ou que se esteja na iminência de um ataque do oponente (algo que exige, na era nuclear, ação rápida de ambos os lados). É justamente a falta de tempo ou a ausência de “pausa” no conflito que o torna demasiadamente perigoso. Ou seja, tomar ou não tomar determinada ação pode custar caro. Como regra geral, entende-se que a transição de um período de paz para um de guerra entre potências nucleares deve envolver uma série de mal-entendidos, além de erros de cálculo e de interpretação (SCHELLING, 2008, p. 95-6).

Na Primeira Grande Guerra, por exemplo, havia bastante tempo para pensar nos objetivos de guerra, consultar os interesses de longo prazo da nação, refletir sobre os custos/baixas incorridos e perspectivas do andamento do conflito, bem como tempo para discutir os termos do cessar fogo (SCHELLING, 2008, p. 21). Os pontos de parada, em síntese, devem ser entendidos como um momento de “respiração”, de análise, envolvendo, entre outras questões, o reforço das tropas combatentes, o forjamento de alianças e a armação de novos teatros de guerra. Na era nuclear, a fim de que os conflitos possam se manter limitados, surgiu a necessidade de se estabelecer “pontos focais salientes”, isto é, surgiu a necessidade de coordenar expectativas. Isso pode se dar por meio dos pontos de parada ou de limiares [*thresholds*] que, por sua vez, podem ser psicológicos (BAYLIES; GARNETT, 1991, p. 11; WILLIAMS, 1991, p. 126) ou, ainda, estabelecidos por meio de entendimentos tácitos.

Dentre outros elementos, a guerra é um processo de barganha que envolve: i) a própria conduta da guerra, isto é, a forma como a guerra é travada² (armamentos, nacionalidades e alvos permitidos³); ii) os acordos de cessar-fogo, armistício, rendição, e outros importantes elementos envolvidos com o término do conflito e da desativação de sistemas militares (seja de comunicação, alerta-antecipado ou de defesa aérea, entre outros); iii) o que fazer em relação ao regime/governo vigente; iv) acordos de desarmamento; v) acordos políticos e econômicos que envolvam, por exemplo, dissolução de alianças e blocos ou desmembramento de países, etc. (SCHELLING, 2008, p. 216-9).

É interessante também a abordagem e a ampliação do conceito de “guerra limitada” em Schelling (2008; 2011). Conforme já foi destacado, é necessário visualizar a guerra como um processo de barganha, de negociação. Assim, em termos gerais, a guerra limitada é um estágio anterior à guerra total (ou generalizada ou ilimitada) que, na era nuclear, **não deve**, de forma alguma, se materializar. Há, segundo Schelling (2011, p. 191-2, grifo nosso), três vantagens de se ameaçar uma guerra limitada (em vez de uma generalizada): i) ameaçar dar início a uma guerra limitada equivale a ameaçar o **risco e, portanto, não a certeza** de que uma guerra total possa ocorrer; ii) caso o adversário interprete mal as intenções e os comprometimentos do ator que faz as ameaças, haverá, ao menos, um estágio intermediário, uma espécie de ponto de parada ou de pausa; iii) ao se lidar com um inimigo irracional ou impulsivo, ou, ainda, com uma ação agressiva que se tornou demasiadamente intensa para ser interrompida, o fato de se ter ameaçado *ex ante* apenas o risco de uma guerra total pode acabar se tornando *ex post* uma medida prudente.

Os armamentos nucleares, por sua vez, devem ser entendidos da mesma forma que as guerras limitadas, ou seja, como instrumentos de intensificação de risco. De forma mais específica, segundo Schelling (2008, p. 109-10), a introdução de armamentos nucleares num conflito i) aumenta o perigo de uma guerra total, além de ii) aumentar o papel desempenhado pelo perigo na estratégia de um país (modificando o ambiente de barganha ou de apreciação dos riscos, além dos objetivos imediatos, basicamente ligados à continuidade ou não do conflito). Acima de tudo, é “necessário saber controlar, utilizar e reagir a incrementos súbitos do risco percebido de que vá ocorrer uma guerra geral” (SCHELLING,

2 É importante destacar que Schelling (2008, p. 216) afirma que isso também vale para a “maior das guerras”, envolvendo desde o tratamento a ser dado aos centros urbanos, à deliberada criação ou evitamento de poeira radioativa e à preservação/destruição do governo ou centros de comando e de comunicação, etc.

3 Schelling (2008) se refere repetidas vezes aos assim chamados “santuários” nos campos de batalha, locais que, por **entendimento tácito**, são excluídos da área em que o conflito é travado. Ou seja, trata-se de locais que poderiam ser alvo de ataques, mas que foram preservados com o intuito de evitar retaliações e, conseqüentemente, uma escalada militar desnecessária. Nesse aspecto, a Guerra da Coreia tem, segundo o autor, muito a ensinar.

2008, p. 110, tradução nossa). Assim sendo, é possível introduzir de forma deliberada armamentos atômicos em um conflito, com a intenção de aumentar o risco de guerra generalizada, desde que se tenha em mente que a guerra total pode se tornar realidade.

Cabe ressaltar que até mesmo a utilização de “armas nucleares táticas” precisa ser vista como um **processo de negociação consciente** (SCHELLING, 2008, p. 110, grifo nosso). No entendimento de Schelling (2008, p. 109-113), guerras limitadas e localizadas não podem ser consideradas guerras táticas, porque suas consequências não serão táticas. O mesmo vale para o uso de armamentos atômicos. Por mais que tenham influência (aliás, influência significativa) no campo de batalha, sua verdadeira importância reside na expectativa de se ter (ou não) guerra generalizada com a utilização, inclusive, de “armas nucleares estratégicas”. Cada arma nuclear despachada deve ser entendida como a mensagem que se quer comunicar. Assim, segundo Schelling (2008, p. 113-4), é prudente que se envie a mensagem correta, isto é, se por um lado, alvos adicionais atingidos podem ser vistos como “bônus militar”, no campo estratégico (isto é, no cenário mais geral/global), isso pode significar um ruído na comunicação, prejudicando o gerenciamento efetivo do nível de risco em questão, fazendo a guerra escalar a níveis intoleráveis. Consequentemente, isso prejudica o próprio andamento ou conduta da guerra e, o que é mais grave, as perspectivas de encerramento do conflito.

Considerações sobre Dissuasão Nuclear

A discussão sobre dissuasão nuclear parte, em Thomas Schelling (2011, p.6; 9. 13; 35; 187), de uma série de constatações: i) a teoria de dissuasão é uma teoria de “habilidosa não utilização” de forças militares; ii) dissuasão trata de intenções⁴; iii) dissuasão envolve o ato de influenciar as escolhas de outro ator, influenciando as expectativas de como ele irá se comportar; iv) a ameaça dissuasória precisa ser crível para ser eficaz; v) credibilidade está relacionada a custos e riscos, isto é, uma ameaça só será crível se houver comprometimento com sua realização ou, pelo menos, que o oponente acredite que possa ser realizável; vi) o objetivo deve ser dissuasão *ex ante* e não vingança *ex post*.

Enquanto algumas ameaças são “naturalmente convincentes”, outras precisam ser transformadas em convincentes, sob o risco de serem interpretadas como meros blefes e, consequentemente, de serem ignoradas. Como regra geral, para que o comprometimento seja crível, é preciso ameaçar que se **irá** agir, e não que se **poderá** agir, caso a ameaça vier a falhar (SCHELLING, 2011, p. 187, grifo do

4 Portanto, para um entendimento eficaz sobre dissuasão nuclear, as capacidades militares do oponente devem ser vistas em conjunto com suas intenções (sejam elas declaradas, sejam elas expressas por meio de “movimentos tácitos”, conforme ficará mais claro ao longo da seção).

autor). Durante a Guerra Fria, a promessa norte-americana de defender a Europa da ameaça soviética (por meio de uso de armamento nuclear e convencional), que é um típico exemplo do conceito “dissuasão estendida”, esbarrou, desde a sua origem, em questões de credibilidade e comprometimento, que precisariam ser resolvidas (SCHELLING, 2008, p. 36). A manutenção de tropas em solo europeu, entre outros fatores, deu origem a conceitos como “*trip-wire*” e “*plate glass window*”, reafirmando, em suma, que independentemente do fato de os EUA quererem se envolver ou não, as tropas estacionadas em solo europeu significavam que a fuga de qualquer compromisso com os europeus era fisicamente impossível (SCHELLING, 2011, p. 6; 186; 2008, p. 36; 45).

No entendimento de Schelling (2011, 2008), é necessário que se faça distinção entre os conceitos de “dissuasão” e “*compellence*”.⁵ Enquanto dissuasão é algo passivo, isto é, a ameaça objetiva de prevenir que determinada ação indesejada ocorra, *compellence* envolve o constrangimento ou a imposição a que se realize determinada ação, por medo das consequências, caso isso não seja feito. Em suma, é a “diferença entre estática e dinâmica”. Enquanto dissuasão envolve “montar o cenário” (por meio de comprometimentos verbais, físicos ou tácitos) e **aguardar** para que não se tenha que agir, *compellence* envolve “**iniciar** uma ação ou assumir um compromisso irrevogável” que só cessará depois que o oponente responder à altura. Além disso, a dissuasão tende a ser indefinida quanto ao prazo, ao passo que *compellence* vem com um prazo de conclusão pré-determinado⁶ (SCHELLING, 2008, p. 71-2, grifo do autor).

Schelling (2008, p. 220, tradução nossa), plausivelmente, supõe que a guerra ilimitada/total na era nuclear será um “processo inerentemente frenético, ruidoso/turbulento e devastador, em um ambiente de incerteza aguda.” Mais do que isso, o autor supõe dificuldades no estabelecimento de comunicação entre as partes envolvidas e, conseqüentemente, a negociação entre as duas (ou mais) partes “será truncada, incompleta, improvisada, desordenada [...], sujeita a mal-entendidos sobre fatos e intenções e de incerteza sobre quem tem autoridade para negociar e comandar”. Assim, conforme bem aponta o autor, a grande pergunta que deve ser feita é se as comunicações devem, para começo de conversa, ser rompidas (SCHELLING, 2008, p. 220). Ademais, o desafio fundamental da guerra ilimitada, na concepção de Schelling (2008, p. 230), deve ser justamente como trazer um fim ao conflito, de forma consciente e ordenada (SCHELLING, 2008, p. 204) e não pela aniquilação mútua. Assim, tendo em vista que há apenas

5 Schelling criou este neologismo, que passou a integrar o vocabulário dos estudos sobre o tema. Deixou claro que a palavra “coercion” (coerção) não era adequada. Isto demandaria a criação de um neologismo correspondente em português, algo como “compelimento”.

6 Caso contrário, nas palavras de Schelling (2008, p. 72), “o amanhã nunca chega” e a ameaça não surte efeito. Se o prazo for muito curto, será impossível fazer o que é exigido; se o prazo for muito longo, fazer o que é exigido passa a ser desnecessário.

alguns pontos em que a guerra poderia ser parada, é de extrema importância que esses “pontos” sejam previamente identificados (SCHELLING, 2008, p. 206; 220).

Ainda no que diz respeito à indisponibilidade ou presença incompleta de meios de comunicação em situações de ameaça e de perigo, é importante ressaltar que é imperativo que os participantes de determinado conflito desenvolvam um *modus vivendi* através de negociações, manobras e coordenações tácitas (SCHELLING, 2011, p. 39; 53). A não utilização de armas nucleares na Guerra da Coreia⁷ e de armas químicas⁸ na Segunda Grande Guerra, além dos acordos de Genebra (que lida sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e de não combatentes, por exemplo) são alguns casos apresentados por Schelling (2008, p. 131-2; 138-40) de entendimento voluntário, executáveis apenas pela ameaça do uso recíproco. Em se tratando de coordenação tácita, um ator não está procurando identificar o que o outro irá fazer em uma situação concreta, mas tentando “adivinhar o que o outro vai imaginar o que o primeiro quer que o outro imagine, e assim por diante *ad infinitum*” (SCHELLING, 2011, p. 92-3, tradução nossa).

Assim, é necessário enfatizar que o ambiente bélico está profundamente atrelado a um ambiente/padrão de expectativas que regula o próprio andamento da guerra. Cada ação pode (e/ou deve) ser correspondida com determinada reação. A estratégia de retaliação, por sua vez, é afetada pela necessidade de se comunicar ou se coordenar dentro de determinados limites, que podem ser explícitos ou tácitos. Em suma, um conflito está permeado de uma série de “regras” que ambos os lados procuram seguir para que o conflito não escale para níveis indesejados.⁹ A retaliação, portanto, deve ser feita dentro de limites aceitáveis ou toleráveis. Mais do que isso, por meio da coordenação tácita de comportamento, as partes envolvidas devem procurar se entender fazendo uso de padrões de comportamento/ação/comunicação toleráveis (SCHELLING, 2008; 2011, p. 76-77; 84-5). Ou fazem isso ou arcam com as consequências.

É necessário estabelecer limites na ação e reação dos participantes de um conflito. Em outras palavras, é necessário, especialmente no contexto de guerras limitadas (ou, melhor, no intuito de manter a guerra limitada), ter todo um cuidado com os limiares [*thresholds*] de um conflito. Esses devem ser entendidos

7 Schelling (2008, p. 129-30, tradução nossa) aponta que a guerra foi travada de forma “conscientemente contida”, isto é, enquanto os norte-americanos não fizeram uso de armamentos nucleares e não lançaram bombas no outro lado do rio Yalu (ou em território chinês), o inimigo não atacou navios norte-americanos no mar (exceção feita ao uso de baterias costeiras), nem bases no Japão, nem bombardeou nada na Coreia do Sul, especialmente na área estratégica de Pusan.

8 Schelling (2008, p. 131, tradução nossa) é enfático: “qualquer entendimento sobre armas químicas foi voluntário e recíproco – executável apenas pela ameaça de uso recíproco”.

9 Essa, na realidade, é a moral dos jogos de soma variável na teoria dos jogos. Há conflito, mas também há cooperação em um virtual conflito nuclear. Nenhum dos lados tem interesse na aniquilação mútua.

como estágios de conflito, isto é, etapas delineadas por “linhas” às vezes não tão claras, imaginárias. Trata-se em realidade de uma coordenação tática. Segundo Schelling (2008, p. 135; 154-5, tradução nossa), limiares são

pontos de parada ou linhas divisórias convencionadas. Têm um caráter legalista, e dependem de precedentes ou de pontos de comparação (analogia). Têm alguma característica que permite que sejam reconhecidos e são de certo modo arbitrários. Em grande parte, simplesmente “estão aí”; não os criamos nem os inventamos, mas apenas os reconhecemos [...] [Mais do que isso, segundo o autor], alguns desses limiares se caracterizam pelo fato de, caso forem ultrapassados, inevitavelmente apresentarem um dramático desafio expresso na seguinte questão: O que o outro vai fazer agora? Armas químicas e nucleares são desse tipo; espera-se que o inimigo não simplesmente reavalie a situação tática, mas pense em algum tipo de reação explícita, alguma reação, alguma resposta (sendo que uma possibilidade óbvia é que utilize armas do mesmo tipo, se ele as tiver).

Após essa exposição, Schelling (2008, p. 157), na sequência, questiona se haveria alguma espécie de “limite final”, isto é, um último ponto de parada antes de uma guerra total. Segundo o autor, já houve vários desses limites finais, “nenhum deles sacrossanto”, sendo que o mais controvertido é aquele existente entre o uso de armas nucleares e armas não nucleares (ditas “convencionais”).

No que diz respeito ao dispositivo nuclear, há, segundo Schelling (2008; 2011), uma espécie de tabu (maldição, quem sabe) contra a sua utilização. Para Schelling (2008, p. 132), existe toda uma “simplicidade” na não utilização de determinado armamento. A partir do momento em que a bomba for utilizada no campo de batalha, os tomadores de decisão no campo de batalha teriam de começar a levar em conta questões de, por exemplo, como, quando e onde responder a um ataque nuclear. A não utilização de dispositivos atômicos na Guerra da Coreia é celebrada por Schelling (2008, p. 156-7) por ter estabelecido um “poderoso precedente”¹⁰ que mostra que esse armamento é diferente das demais. Assim, mesmo que militarmente o uso de um dispositivo nuclear de baixo rendimento (“tático”, no caso) possa se assemelhar a outro armamento qualquer, é o seu valor simbólico¹¹ e psicológico que, no fim das contas, importa (SCHELLING, 2008, p. 134; 158). Crenças, segundo Schelling (2008, p. 158), importam ou fazem a diferença, ainda que não correspondam, necessariamente, às declarações de estadistas.

Sofrer um ataque nuclear, por sua vez, não só implicaria mortes e destruição, em nível tático, como também a já mencionada criação de risco

10 O precedente contra o uso de armas nucleares, por sua vez, foi reforçado, dentre outros eventos, no Vietnã (por parte dos EUA), no Afeganistão (por parte da URSS) e nas Malvinas (por parte do Reino Unido) (SCHELLING, 2006, p. 930-35).

11 Mais do que isso, importa também reconhecer o caráter simbólico de limites e controles.

de eclosão de uma guerra generalizada ou guerra total. É importante destacar que esse risco de guerra total pode, muito bem (e é aqui que a abordagem de Schelling torna-se particularmente inovadora e criativa), fugir do controle dos participantes de determinado conflito. Os envolvidos, de certa forma, ficam à mercê do que Thomas Schelling chama de “acaso” (em inglês, trata-se da célebre frase “*the threat that leaves something to chance*”, ou seja, “a ameaça que deixa algo entregue ao acaso”).¹² Dito de outra maneira, da mesma forma que é possível que o risco de guerra total seja manipulado voluntária e intencionalmente, a certa altura esse risco pode também “assumir vida própria”¹³ (SCHELLING, 2008; 2011, p. 195; 203).

Ainda assim, nas palavras de Schelling (2008, p. 94, tradução nossa), “os riscos com que os países se defrontam não são tão claros quanto em caso de suicídio, mas muito mais como em caso de roleta russa”. O elemento “incerteza” não apenas “impede que se enxergue com clareza”, como também muda a própria característica dos acontecimentos. Forçando o argumento, a criação deliberada/manipulação do risco compartilhado ou o ato de levar o risco de guerra a um nível próximo do inaceitável, o que o autor chama de *brinkmanship*¹⁴, compreende a tática de deliberadamente deixar as coisas fugir do controle, tornando a ação intolerável para o adversário e, conseqüentemente, forçando sua acomodação. É importante salientar que o que se tem em vista é o risco de guerra, não a guerra (o desastre) em si (SCHELLING, 2008, p. 91; 99; 2011, p. 200).

Na mesma linha de raciocínio, o autor apresenta o conceito, utilizado em âmbito jurídico norte-americano, da “última chance clara” [*“last clear chance”*]. Resumindo e simplificando a doutrina, seria como no caso de um acidente automobilístico: se puder ser determinado que um dos motoristas tinha a “última chance clara” de evitar o acidente, esse acabaria tendo maior punição (SCHELLING, 2011, p. 37; 2008, p.44-5). A lição que se quer tirar para o âmbito nuclear é que nesse “jogo de manipulação de risco” o ideal é transferir a “última chance clara” para o adversário, isto é, jogar para ele a responsabilidade de prosseguir com uma guerra total ou de recuar. A grande questão é como alcançar isso sem que o adversário chegue a esse ponto antes. Nesse sentido, a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, é emblemática. A certa altura, os norte-americanos ergueram um bloqueio naval. Tivessem os soviéticos ignorado o bloqueio ou

12 Essa racionalização certamente não ficou imune a críticas. Não deve ter sido muito confortante pensar que uma iminente guerra nuclear pudesse ser mero “jogo” de manipulação de risco. Phil Williams (1991, p. 125), por exemplo, aponta para o fato de se tratar de “uma atividade altamente perigosa”. Colin Gray (2002, p. 197) vai além e chama isso de uma engenhosa *reductio ad absurdum* de Thomas C. Schelling.

13 Exemplificado, por exemplo, pela guerra não intencional ou inadvertente [*inadvertent war*], assunto a ser explorado na sequência.

14 Sobre uma explicação etimológica do termo *brinkmanship*, conferir Schelling (2011, p. 199-200). Trata-se de uma política arriscada, uma espécie de “brincar com fogo”.

tentado furá-lo, um conflito de maiores proporções certamente poderia ter estourado. Nesse caso, foram os soviéticos que tiveram a “última chance clara” de evitar o conflito e foi o que, de fato, fizeram.

Tendo em vista a dificuldade de se imaginar a possibilidade de norte-americanos e soviéticos enveredarem, durante a Guerra Fria, para uma guerra nuclear de grandes proporções, apesar das diversas crises que ocorreram, Schelling (2008, p. 94) entende que provavelmente um conflito nuclear só eclodiria em caso de guerra não intencional ou inadvertente. Em outras palavras, como resultado de um “processo que não pode ser previsto em todos os seus detalhes, em que reações não são completamente previsíveis, em que decisões não são totalmente intencionais, em que acontecimentos não estão inteiramente sob controle” (SCHELLING, 2008, p. 94-5, tradução nossa). Isso envolve não apenas algum tipo de acidente, alarme falso, falha mecânica, mas principalmente a forma como se reage a determinada ameaça em potencial. Aqui entram os possíveis desentendimentos/mal-entendidos, erros de cálculo e de interpretação, mencionados anteriormente, ou, ainda, a possibilidade de alguém entrar em pânico, enlouquecer ou simplesmente agir por ser mau (SCHELLING, 2011, p. 188-9; 2008, p. 95-6).

A obra de Schelling (2008, p. 227) também faz referência à suposta vantagem, na eclosão de um conflito, de ser o primeiro a atacar ou de, pelo menos, ser capaz de lançar um rápido segundo ataque¹⁵. É esse medo (ou crença de um iminente ataque surpresa inimigo), aliás, que se configura como o catalisador mais perigoso da transformação da paz em uma guerra ilimitada. Segundo Schelling (2011, p. 207), isso gera sucessivos ciclos de “ele pensa que nós pensamos que ele pensa que nós estamos pensando ... Ele pensa que nós pensamos que ele vai atacar; assim, ele pensa que nós com certeza vamos atacar; então ele vai atacar primeiro; portanto, nós precisamos nos antecipar”. A urgência de ação ou de resposta (tendo em vista a “compressão do tempo”) é que faz da guerra ilimitada “acidental”, por alarme falso, maldade ou num momento de pânico, uma possibilidade (SCHELLING, 2008, p. 227). A solução para esse problema não pode ser buscada apenas na “prevenção de acidentes, alarmes falsos ou usos não autorizados”, mas principalmente pela **tranquilização no processo de tomada de decisões**. A melhor forma de evitar a necessidade de responder rapidamente a alarmes e ataques, por sua vez, se dá por meio da **proteção das armas retaliatórias** (SCHELLING, 2008, p. 227-8, grifo nosso).

O problema do ataque surpresa, segundo Schelling (2011, p. 231, tradução nossa), exacerbado pela suspeita recíproca e pelo mútuo desejo de “autodefesa” sugere também que “não apenas existem segredos que preferimos não guardar,

15 Essa, aliás, foi uma das preocupações centrais dos estrategistas e estadistas norte-americanos e soviéticos ao longo da Guerra Fria.

como existem capacidades militares que poderíamos preferir não ter”.¹⁶ Dessa forma, a balança nuclear só poderá ser estável, segundo Schelling (2011, p. 232), quando nenhum dos participantes num conflito for capaz de, num primeiro ataque, destruir as forças retaliatórias de seu oponente. Desenvolvendo melhor esse tópico, o autor chega às seguintes conclusões: i) desarmamento não gera, necessariamente, estabilidade; ii) da mesma forma, uma corrida armamentista não leva, necessariamente, a um situação mais instável; iii) desarmamento não elimina uma potencialidade ou capacidade militar, mas apenas a modifica; iv) para o desarmamento funcionar, teria que estabilizar a dissuasão, fazendo do ato de iniciar a guerra um empreendimento prejudicial ou não lucrativo (SCHELLING, 2011, p. 232-41; 257).

Por fim, cabe pontuar que, na visão de Schelling (2009, p. 125-7), se um mundo sem armamentos nucleares significa um mundo sem as bases mobilizacionais [programas mobilizadores nucleares], então esse mundo jamais poderá existir. Em grande parte isso se dá pelo fato de que toda crise seria uma crise nuclear e toda a guerra seria uma guerra nuclear. A pressa em tomar medidas preemptivas tornaria o mundo mais agitado/nervoso. Tendo isso em mente, é coerente a constatação de Schelling (2006, p. 929) de que o “evento mais espetacular do último meio século foi um que não ocorreu”. Os armamentos nucleares, cabe lembrar, são únicos porque os vemos como únicos e, assim, embora não haja garantias de que o “não-uso” de dispositivos atômicos seja mantido ou de que todos os atores internacionais sempre irão pensar da mesma forma, o “tabu nuclear”, com toda certeza, é um ativo a ser valorizado (SCHELLING, 2006, p. 929-30; 2009).

Alguns Contrapontos ao raciocínio de Schelling

Como acontece com qualquer outra abordagem teórica, a contribuição acadêmica de Thomas Schelling não ficou imune a críticas. John Baylis e John Garnett (1991, p. 11), por exemplo, apontam que Schelling mostrou-se insensível a considerações éticas, além de lhe faltar conhecimentos em história (pelo menos em relação à grande referência dos Estudos Estratégicos em matéria nuclear, Bernard Brodie).

Colin Gray, por sua vez, pode ser considerado como um dos maiores críticos das ideias defendidas, de modo geral, de questões ligadas a teorias

16 Como exemplo, pode-se citar o caso do submarino nuclearmente armado (SSBN), cujo monopólio, segundo Schelling (2011), devido à sua invulnerabilidade, é altamente indesejado. Segundo Schelling (2011, p. 238-9, grifo do autor, tradução nossa), “se **ele** precisa se preocupar com a exposição de **sua** força estratégica a um ataque surpresa **nosso, nós** precisamos nos preocupar com isso também”. Isso, particularmente, faz sentido dentro do contexto do Estado alegar não ter intenções de primeiro ataque e de que, portanto, assegurar isso ao inimigo pode ser mutuamente benéfico, visto que, entre outros fatores, estimula o relaxamento de tensões entre dois Estados nucleares rivais. Conferir Freedman (2003, p. 180-88).

dissuasórias e, de modo específico, do trabalho desenvolvido por Thomas Schelling no campo dos Estudos Estratégicos e Kenneth Waltz na teoria neorrealista de Relações Internacionais. Em relação às teorias dissuasórias, dentre outros pontos, Gray não é adepto, segundo Peoples (2013, p. 347-8), da visão monolítica de “racionalidade”, além de ser um ferrenho crítico da falta de atenção em nível da análise operacional (questões, por exemplo, de como lidar com uma guerra nuclear e com qual objetivo, caso a dissuasão falhe).

Das várias falácias que, segundo Gray (1999), existem na Era Nuclear, uma das que se destacam é a de que a utilização de dispositivos atômicos pode ser descartada, dado o tabu ou estigma social existente contra o seu uso. Gray (1999, p. 103, tradução nossa) afirma que apesar dessa ideia ser “plausível e atrativa”, ela também pode se tornar “perigosamente falsa, armando emboscadas para aqueles que, de forma imprudente, se mostraram otimistas”. Mais do que isso, o não uso de dispositivos atômicos não deve ser confundido com um tabu nuclear. Segundo Gray (1999, p. 164, tradução nossa), a “história ensina que sempre chega o dia em que as armas existentes acabam sendo usadas, que acidentes acontecem, que estadistas cometem erros de cálculo e que atritos podem assumir o controle [imperar] [*friction can rule*]”. Assim, jamais se pode descartar a possibilidade de que guerras nucleares venham a ocorrer (GRAY, 1999, p. 103-5; 163-4).

Segundo Gray (1999, p. 12), dissuasão, por ser um relacionamento ao mesmo tempo coercitivo e cooperativo, é um processo que traz inerente a possibilidade de fracasso. Dissuadir, em síntese, significa dar àquele que se quer dissuadir a opção de cooperar ou de não cooperar. Envolve, portanto, questões de como o “outro” pensa. O dissuadido tem a possibilidade de optar por não se comportar de determinada maneira, por acreditar que as consequências de tal decisão possam vir a ser intoleráveis. Mais do que isso, dissuasão deve ser entendida como uma variável relacional – “é um efeito ou uma influência sobre o comportamento, que só se alcança ou que só pode ser alcançado com a cooperação daquele que se quer dissuadir” (GRAY, 1999, p. 89).

Portanto, dissuasão não pode ser associada à qualidade ou quantidade de determinada força. Em outras palavras, um dissuasor verdadeiramente confiável não é algo que se pode simplesmente adquirir/comprar. *O mesmo pode ser dito de teorias/abordagens sobre dissuasão que, ainda que para nós se apresentem como sendo persuasivas, tendo elegância metodológica e apelo estético, não terão valor nenhum caso estiverem baseadas em pressupostos errôneos a respeito dos atores que se pretende dissuadir* (GRAY, 2003, p. 21, grifo nosso). Dissuasão, portanto, é produto de um relacionamento e não algo que se pode criar unilateralmente. Ademais, não é possível assegurar o sucesso da dissuasão (GRAY, 2000, p. 256-7). Dessa forma, quando ou se dá certo ou é possível de ser alcançada, a dissuasão é algo fantástico (GRAY, 1999, p. 109; 157; 2000, p. 258).

Dissuasão é algo difícil, segundo Gray (2000, p. 259), porque estratégia é algo difícil. Em termos práticos, dissuasão faz parte de um “complexo relacionamento político, um relacionamento que tem história. [Mais do que isso,] dissuasão não pode ser considerada um fim em si mesmo; seu objetivo é influenciar a tomada de decisões alheias” (GRAY, 2003, p. 32, tradução nossa). Por mais que a dissuasão tenha funcionado no passado, isto não significa que vai funcionar no futuro (GRAY, 2000, p. 259). Ademais, teorias dissuasórias adotadas ao longo da Guerra Fria, que eram em grande parte de caráter dedutivo, apesar de estarem baseadas no pressuposto de que teriam aplicação universal, são nada mais que fruto da Guerra Fria (GRAY, 2003, p. 12) e, portanto, praticamente só se aplicam a esse cenário.

Ainda que dissuasão seja falível, Gray acredita que a adoção de políticas dissuasórias continua sendo algo importante, isto é, as políticas dissuasórias seguem tendo um papel a cumprir. A condição é que o estrategista não perca de vista quem, como, quando e por que se deve dissuadir. Ou seja, dissuasão sempre será algo específico (GRAY, 2003, p. 44; 2002, p. 255). Diz respeito a persuadir um líder específico ou líderes, em um momento específico, a não tomarem determinadas ações. Nesse contexto, nenhum detalhe pode ser marginalizado, ou seja, todos os detalhes são importantes (GRAY, 2003, p. 30).

Considerações Finais

Não há dúvidas de que o contraponto à racionalização de Schelling, tópico da última seção, representado basicamente por Colin Gray, é uma pesada crítica. Isso, contudo, não invalida, de forma alguma, a [enorme] contribuição de Thomas Schelling aos Estudos Estratégicos e às Relações Internacionais. Essas críticas indicam, contudo, que caminho os estudos sobre dissuasão nuclear pode percorrer. Levando em conta a era nuclear multipolar asiática e as consequentes novas dinâmicas estabelecidas (Índia, Paquistão e China, por exemplo), é de se esperar que novos estudos na área surjam.

Tendo em vista que na academia muitos aspectos são cíclicos, é bem provável (e desejável) que o trabalho de Schelling seja resgatado, modificado e ampliado. Isso não apenas diz respeito à contribuição teórica propriamente dita, como, possivelmente, à construção de novos modelos lógicos (podendo envolver a teoria dos jogos) que, por sua vez, possa trazer novas racionalizações na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AYSON, Robert. *Thomas Schelling and the Nuclear Age: Strategy as Social Science*. New York: Frank Cass, 2004.

BAYLIS, John; GARNETT, John. **Makers of Nuclear Strategy**. London: Pinter Publishers London, 1991.

FREEDMAN, Lawrence. **The Evolution of Nuclear Strategy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

GRAY, Colin. Deterrence in the 21st century. **Comparative Strategy**, v. 19, n. 3, 2000, 255-261.

_____. **Maintaining Effective Deterrence. 2003**. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2003/ssi_gray.pdf>. Acesso em 2 dez. 2014.

_____. **Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and The Evidence of History**. London: Frank Cass, 2002.

_____. **The Second Nuclear Age**. London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

PEOPLES, Columba. Strategic Studies and its Critics. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; GRAY, Colin (Org.). **Strategy in the Contemporary World**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2013, p. 341-357.

SCHELLING, Thomas. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 2008.

_____. An Astonishing Sixty Years: The Legacy of Hiroshima. **The American Economic Review**, v. 96, n. 4, set. 2006, p. 929-937.

_____. A World without Nuclear Weapons. **Daedalus**, v. 138, n. 4, 2009, p. 124-129.

_____. **The Strategy of Conflict, Cambridge: Harvard University Press, 2011**.

WILLIAMS, Phil. Thomas Schelling. In: BAYLIS, John; GARNETT, John. **Makers of Nuclear Strategy**. London: Pinter Publishers London, 1991, p. 120-135.

Recebido em Novembro de 2014
Aprovado em Dezembro de 2014